



Biograph



CLOSE YOUR LEGS. COVER YOURSELF: REFLEXÕES ACERCA DAS PRINCIPAIS QUESTÕES DE GÊNERO EM WE SHOULD ALL BE FEMINISTS

João Felipe Assis de Freitas (IFMT)

jfafreitas@gmail.com

Introdução

Após o sucesso do vídeo *The Danger of a Single Story*¹ (2009), Chimamanda Ngozi Adichie aborda, em *We Should All Be Feminists*² (2012), questões de gênero relacionadas ao contexto africano, mais especificamente ao ambiente nigeriano. De modo leve e sutil, porém irônico, Adichie apresenta, ao longo de quase 30 (trinta) minutos, uma palestra, na qual suas experiências – tanto pessoais quanto profissionais – parecem reunir não somente argumentos para a justificativa de sua presença, como também para a percepção e compreensão de algumas dimensões da palavra “feminista” na contemporaneidade.

Inicialmente a autora narra cinco lembranças autobiográficas. No primeiro exemplo, Adichie lembra uma situação de sua adolescência, na qual seu amigo, Okoloma, foi a primeira pessoa a lhe chamar de “feminista”, após ela ter questionado alguns padrões sociais de comportamento de homens e mulheres. No segundo exemplo, Adichie lembra, por ocasião do

¹ Em português: “O Perigo de uma Histórica Única”. Esse vídeo tem como objetivo geral propor uma reflexão a respeito da construção de uma história única da África, sob o olhar imperial. Com base em suas experiências em ambientes cosmopolitas, como a Nigéria, os Estados Unidos e o México, Adichie discute, ao longo de aproximadamente 20 (vinte) minutos de apresentação, a existência de ideias racistas de origem europeia que condicionaram, inclusive anos antes do início do período de colonização inglesa, alguns dos povos africanos a imagens distorcidas da realidade do continente. Em muitas daquelas proposições falaciosas, o africano, principalmente o residente no sul do Deserto do Saara, era caracterizado como um indivíduo selvagem, desprovido de qualquer elemento histórico-cultural característico da civilização ocidental. Nesse âmbito, a conferencista recebeu uma educação de acordo com os princípios do centro metropolitano, e conheceu primeiramente as obras literárias de autores anglo-saxões, os quais apresentavam, sob o viés da estética romanesca, personagens totalmente distintas do contexto africano. Entretanto, a descoberta da palestrante sobre a existência das obras africanas possibilitou a ela o contato com outras histórias ficcionais, que ao mesmo tempo em que (re)atribuíram ao ser africano um papel ativo diante das novas relações de poder, legitimaram a resistência de uma série de tribos com suas crenças ancestrais.

² Em português: “Nós Deveríamos Ser Todos Feministas”. Devido à existência de uma publicação escrita acerca do conteúdo do vídeo, utilizaremos tal material como fonte de citação mais adiante.

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

lançamento de seu primeiro romance, uma conversa com um jornalista, que a aconselhou a não publicar obras literárias com personagens femininas em papéis de destaque. Em seguida, Adichie lembra que, no começo de sua vida acadêmica, uma colega nigeriana disse-lhe que o feminismo não era um movimento social pertencente às culturas africanas e, que, por conseguinte, não era africano. De volta para o passado, aproximadamente no começo dos anos 80, Adichie lembra um momento de sua infância, na qual ela quase se tornou a monitora da turma, mas, apesar de seu bom desempenho nos estudos, a vaga ficou para um garoto por decisão unilateral da professora. E, por último, já na atualidade, Adichie lembra uma ocasião em que ela pagou o estacionamento do carro a um rapaz, e, no entanto, esse não agradeceu à ela, mas, sim à Louis, amigo da acompanhante. Cada uma dessas situações evidencia o quanto as questões de gênero são traços socialmente complexos do contexto africano.

Em seguida, a palestrante aborda a descrição das diferenças biológicas/físicas entre os gêneros: o masculino quase sempre visto como o mais fisicamente hábil para as tarefas do dia-a-dia, ao passo que, o feminino percebido como o mais frágil e indefeso. Essas abordagens típicas de sociedades misóginas reforçam, na visão da romancista, os estereótipos entre os gêneros e, nesse processo, dificultam a superação de várias heranças culturais demasiadamente sexistas. Na verdade, os estereótipos são discursos limitantes, ou seja, eles fornecem apenas uma parte da realidade, de modo que essa parte perceptível aos sentidos humanos corresponde, na maioria dos casos, à esfera de interesse de um determinado grupo dominante.

Por conta dessas forças ideológicas historicamente constituídas durante os anos de colonização europeia no continente africano é que Adichie traça linhas argumentativas a respeito das relações intrínsecas entre a educação e os gêneros, na tentativa de promover um alargamento das noções de respeito às diversidades, especialmente as relacionadas diretamente aos sexos masculino e feminino. Diante disso, os indivíduos – no caso, os internautas – podem ter a oportunidade de (re)pensar os papéis do ser humano, com vistas à (re)construção de uma convivência pacífica entre as nações. Nesse sentido, o foco de nosso trabalho está em propor uma discussão quanto aos papéis da educação diante das principais questões de gênero, tendo em vista que, apesar dos intensos fluxos culturais entre as sociedades africanas, homens e mulheres ainda reproduzem comportamentos arcaicos, nos quais o público feminino ocupa posições inferiores.

Principais questões de gênero do contexto africano: uma breve contextualização

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

Stuart Hall (1997 [1992]), ao desenvolver sua argumentação no entorno do nascimento e morte do sujeito moderno, estuda cronologicamente a evolução cognitiva do ser humano, cujo início ocorre com a Reforma e o Protestantismo. Esses dois eventos conduziram à libertação da consciência do homem medieval, tendo em vista que ele passa a questionar determinadas práticas dogmáticas da Igreja Católica como o pagamento das indulgências e a realização dos tribunais de inquisição. Conseqüentemente, a imagem trina de Deus (como Pai, Filho e Espírito Santo) perde ideologicamente espaço para o Homem durante o Humanismo Renascentista – período em que o indivíduo começa a ocupar o centro do universo. Em decorrência dessa nova ordem social, as revoluções científicas conferiram ao indivíduo a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da Natureza. E foi nesse período de intensas modificações da dinâmica social que o Iluminismo, centrado na imagem da pessoa racional, deu origem à primeira concepção de sujeito moderno: a do sujeito cartesiano.

Essa espécie baseia-se, conforme o entendimento do autor, no conceito de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, de modo que seu núcleo permanece essencialmente o mesmo ao longo de sua existência. Um dos precursores dessa formulação foi René Descartes, filósofo francês que a partir da clássica afirmação “Penso, logo existo” situou o sujeito racional no centro do conhecimento matemático e mecânico. Na Inglaterra, John Locke também contribuiu para a definição do sujeito moderno no que se refere à relação entre identidade e consciência do indivíduo. Em outros termos, a identidade vincula-se à consciência pelo fato daquela influenciar a ação ou o pensamento humano.

Já a segunda concepção – a do sujeito sociológico – reflete a crescente complexidade do mundo moderno e o discernimento de que o núcleo humano não é exatamente autônomo e autossuficiente, mas sim estruturado na relação com outras pessoas importantes para ele, as quais estabelecem mediações de valores, sentidos e símbolos cotidianamente. Adam Smith e Karl Marx foram dois pensadores que perceberam que o crescimento das sociedades modernas proporcionava uma forma mais coletiva de convívio, o que exerceu inevitavelmente uma transformação sobre o cidadão. A respeito desse período, Hall lembra dois episódios de articulação de um conjunto mais amplo de fundamentos a respeito do sujeito moderno: a) o surgimento da biologia darwiniana, na qual se acreditava que o indivíduo era “biologizado”, ou seja, a razão e a mente possuíam uma base na natureza e no cérebro humano,

respectivamente, e b) das novas ciências sociais, as quais desenvolveram um modelo de estudo interativo entre o indivíduo e a sociedade.

E, por último, temos a concepção de sujeito pós-moderno. Nessa vertente, a pessoa começa a se tornar um ser fragmentado em virtude das mudanças estruturais e institucionais das novas esferas globais de poder. A partir disso, o indivíduo passa a possuir não apenas uma identidade, mas várias, sendo que algumas são contraditórias ou não resolvidas. Se antes a identidade era algo estável e singular, agora ela está instável e plural. As identidades da modernidade tardia ocupam, assim, níveis multiformes de rupturas com o presente inacabado. A segunda metade do século XX foi, de acordo com Hall, o período de “descentramento final do sujeito [...]” (HALL, 1997 [1992], p. 37). E é precisamente nesse período de reorganização das novas cartografias geopolíticas que o indivíduo testemunha seu deslocamento em direção a rumos híbridos, sendo um deles as questões de gênero.

As discussões em torno das questões de gênero são diversificadas, especialmente em relação ao gênero feminino. Consoante Thomas Bonnici (2012), os indícios do feminismo remontam ao final do século XVIII, primordialmente pelo ensaio *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), de Mary Wollstonecraft, e ao longo do século XIX, nos escritos de Sarah Stickney Ellis, Margaret Fuller e Dinah Maria Mulock. Apesar disso, é bem provável que quando se menciona a palavra “feminismo”, apareça, quase que involuntariamente em nossas mentes, o nome de Simone de Beauvoir, autora de *O segundo sexo*³ (1949), ou então, Beth Friedan, autora de *A mística feminina*⁴ (1963). Isso talvez ocorra, porque ambas as obras abordam, de maneira mais contextualizada, uma revisão dos discursos políticos e sociais acerca das identidades relativas à mulher ocidental do século XX.

Em decorrência disso, é importante destacar, inicialmente, que quando se aborda “feminismo”, o ideal seria usá-lo no plural, isto é, “feminismos”, pois a participação das mulheres africanas nos movimentos feministas em prol de sociedades mais harmônicas ocorre de maneira diferente dos movimentos feministas oriundos dos Estados Unidos ou da Europa. A construção da teoria feminista desses últimos grupos apresenta um foco na mulher branca,

³ Há dois volumes disponíveis dessa obra. No primeiro, Beauvoir defende o conceito de sexo como sendo uma produção social, a partir do pensamento de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1981, p. 13). Com isso, a autora tenta demonstrar que nenhum dado biológico define uma mulher, haja vista que o contexto exerce um papel preponderante na construção de sua identidade. Já no segundo volume, ela analisa como as definições são construídas socialmente e como se manifesta a subordinação da mulher no contexto da França pós-guerra.

⁴ Nessa obra, Friedan discute a insatisfação das mulheres dos Estados Unidos. Para a autora, o público feminino estava insatisfeito com os papéis tradicionais de esposa e de mãe. Mesmo que elas tivessem uma profissão, as mulheres norte-americanas não deveriam, de acordo com os costumes, se preocupar com o trabalho fora de casa, pois, afinal de contas, era papel do homem ser o mantenedor da casa.

de classe média e de cultura anglo-saxã. As outras classes e raças são frequentemente marginalizadas. Desse modo, o “feminismo africano”, por ser oriundo de contextos marginais, torna-se uma expressão ideologicamente⁵ coerente para com as atuais discussões teóricas acerca do contexto feminino.

De acordo com N’Goné Fall (2007 apud SILVA, 2014), nos anos de 1960 e 1970, diversos estados africanos presenciavam lutas pela independência e seus habitantes se encontravam concentrados na construção das novas nações. Assim, as reivindicações das feministas europeias ou norte-americanas não tiveram grande impacto em terras africanas, haja vista que a condição colonial das mulheres africanas já as colocavam em posições sociais diferenciadas. Fall ainda afirma que as mulheres de seu continente não protestaram nas ruas e nem queimaram sutiãs nas fábricas, porém conquistaram, pouco a pouco, a sua independência, por meio de lutas em grande parte invisíveis. Na visão da autora, “nem sempre é fácil identificar os movimentos feministas na África, mas isso não significa que eles não existiram. Nem sempre a tranquilidade significa submissão; nem sempre o silêncio equivale à aprovação” (FALL, 2007, p. 3, tradução nossa).

Consciente do processo de subjugação da mulher, John Mcleod (2000) contempla o feminismo africano como parte constitutiva do campo dos estudos pós-coloniais, tendo em vista que “[s]eria justo dizer que alguns dos trabalhos mais inovadores, instigantes e influentes do pós-colonialismo vieram dos debates sobre as representações da diferença de gênero em contextos pós-coloniais” (MCLEOD, 2000, p. 172, tradução nossa). Todavia, algumas feministas africanas vêem, nessa teoria, um campo cercado pelos interesses masculinos, em que os discursos femininos são pouco audíveis, haja vista que o foco está em questões relacionadas à construção da potência imperial ou à construção da nação, por exemplo.

Na verdade, tanto a teoria feminista quanto a teoria pós-colonial abordam temas afins. No entanto, o que parece ser uma das causas dos atritos entre ambas é que o campo da crítica pós-colonial ainda é marcado pelo machismo, ou seja, um local exclusivo de/para homens. Nesse sentido, a crítica feminista lembra que não foi concedido a elas o mesmo direito ou espaço de divulgação e propagação de ideias. Por questões históricas, inclusive anteriores à

⁵ A utilização da expressão “ideologicamente” está, nesse período, em consonância com a visão bakhtiniana da linguagem, pois “[t]udo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*” (BAKHTIN, 2014, p. 31, grifos do original). Logo, acredita-se que o feminismo africano é um signo linguístico que está além da questão da mulher, tendo em vista que é a partir da concepção de machismo, que o feminismo em estudo adquire significado.

colonização europeia, a mulher esteve, na maioria das circunstâncias, à margem das políticas de gestão administrativa da colônia e da nação pós-colonial.

A respeito desse assunto, Thomas Bonnici (2012) acrescenta que:

A partir da análise pós-colonialista, o feminismo começa a empregar os termos que caracterizam o relacionamento dialético entre a metrópole e a colônia. Os conceitos de linguagem, voz, discurso, silêncio e imitação começam a ser usados por autores feministas (como Duras e Irigaray) para investigar o discurso entre o patriarcalismo e a condição da mulher (GREENE; KAHN, 1985). O conceito seminal da relativização da literatura canônica pode servir como exemplo. À semelhança das conclusões do pós-colonialismo, o feminismo descobre que o valor estético da literatura hegemônica não está no próprio texto e, portanto, não é universal. O valor estético do texto, juntamente com a teoria e a crítica literárias, foi construído histórica e culturalmente sob a égide do patriarcalismo. Consequentemente, o feminismo tende a subverter tais conceitos outrora considerados indiscutíveis e os reduz a fenômenos não-axiomáticos (BONNICI, 2012, p. 176).

O feminismo, especialmente o africano, tenta romper com as teias ideológicas do discurso literário canônico no que se refere ao tratamento autoritário, patriarcal e sexista de determinados grupos. Portanto, a subversão da forma literária torna-se uma estratégia aparentemente eficiente nas mãos de seus agentes que, nesse caso, são as escritoras. Por meio da escrita, e nesse processo, entende-se a presença do valor estético do texto, vozes femininas africanas – antes silenciadas indevidamente pelo poder imperialista das potências europeias – passam a ecoar nas páginas do texto literário, em forma de verso ou de prosa, em busca do questionamento dos sistemas dominantes e do reconhecimento da linguagem e do pensamento abertos a reflexões.

Após análise de textos de inúmeras escritoras africanas que já estariam escrevendo textos literários sob um viés feminista na década de 1970 e antes mesmo dessa data, Florence Stratton (1994) acredita que a mulher africana é originalmente feminista (apud SILVA, 2014). Por intermédio da literatura oral, várias mulheres tiveram a oportunidade de questionar a opressão do sistema, que as colocavam em posições subalternas⁶. A partir do uso do texto

⁶ Thomas Bonnici (2012) acrescenta que a tradição oral é uma estratégia usada pelas mulheres no processo de descolonização da cultura. Inclusive, de acordo com o autor, a oratura desafia a dupla opressão do capitalismo e do patriarcalismo, a violação da mulher, a prostituição e a marginalização feminina. Com o intuito de justificar seus argumentos, Bonnici recorda uma citação da romancista nigeriana Buchi Emecheta, na qual ela diz que: “As mulheres são contadoras natas de histórias [...]”. Além disso, o autor conclui o assunto com a citação da escritora ganense Ama Ata Aidoo, em que a mesma afirma: “Discordo completamente daquele que pensa que a literatura oral é apenas um estágio no desenvolvimento do gênio artístico humano. Para mim, a oratura tem uma

escrito, as primeiras escritoras passaram a construir narrativas autobiográficas, bem como narrativas biográficas de suas antepassadas, com o objetivo de rememorar tais enredos. Stratton lembra que essa mulher marginalizada, naturalmente excluída dos assuntos públicos, vista como incapaz de ocupar cargos de responsabilidade política, passa a refletir sobre o Estado e toma consciência dele.

Ainda em relação ao acesso à educação, Florence Stratton (1994) retoma a discussão a respeito do preconceito masculino, pois, para essa autora, a quantidade de meninos matriculados era maior do que o número de meninas matriculadas nas escolas nigerianas de 1906 até 1970. Percebe-se, então, que as políticas coloniais e as tradições nativas africanas negaram o acesso das meninas à educação, ao passo que os meninos receberam apoio necessário para ingresso e permanência nas escolas. Na verdade, de acordo com Stratton, poucas foram as exceções concedidas às meninas, tendo em vista que, para alguns líderes políticos, a educação poderia ser prejudicial às meninas, por conta de seus futuros papéis sociais como esposas e mães.

Portanto, diante dessa breve contextualização acerca das principais questões de gênero do contexto africano, constata-se que a resistência talvez seja a palavra que melhor caracterize a história de luta do feminismo africano. Uma resistência não apenas pela liberdade do corpo, mas, principalmente, pela liberdade da mente, e junto a ela, a oportunidade de exercer plenamente direitos e o poder de se expressar por escrito, seja em verso ou em prosa. E nesse processo, a educação assume um papel decisivo no futuro das mulheres africanas. Contudo, como veremos no próximo subtópico, a educação pode prestar um desserviço na formação tanto das meninas quanto dos meninos, haja vista que ambos são corresponsáveis pela formação de núcleos sociais.

Principais questões de gênero presentes no discurso adichiano: relações entre educação e gêneros

Ao apresentar argumentos relativos às relações intrínsecas entre educação e gêneros em *We Should All Be Feminists*, Adichie expõe críticas ao desserviço da educação de meninos e de meninas no contexto africano. Por meio de um discurso permeado praticamente pela informalidade, no qual a própria romancista se inclui na abordagem de seu posicionamento,

finalidade em si mesma”. Ambas as citações reforçam a ideia de que a literatura oral foi um importante recurso de valorização feminina.

parece haver um convite implícito da autora ao público quanto à necessidade de reflexões sobre os padrões educativos relacionados às questões de gênero existentes na atualidade:

Fazemos um grande desserviço aos meninos no modo como os criamos. Retiramos a humanidade dos meninos. Definimos a masculinidade de uma maneira muito estreita. A masculinidade é uma gaiola inflexível e pequena, e nós colocamos os meninos dentro dessa gaiola. Ensinaamos os meninos a temerem o medo, a fraqueza, a vulnerabilidade. Ensinaamos-lhes a mascarar a si próprios, porque eles têm que ser, no discurso nigeriano, *um homem forte*. (ADICHIE, 2015 [2012], p. 26, grifos do original)⁷.

E fazemos um desserviço ainda maior às meninas, porque nós as criamos para atender aos egos frágeis dos meninos. Ensinaamos as meninas a esconderem-se, a fazerem-se menores. Dizemos às meninas “Você pode ter ambição, mas não muito”. Você deve almejar ser bem-sucedida, mas não muito, caso contrário você irá ameaçar o homem. Se você é a chefe de família em seu relacionamento com um homem, finja que você não é, especialmente em público, caso contrário você irá castrá-lo. (ADICHIE, 2015 [2012], p. 27-8).

Pela leitura dos trechos acima, evidencia-se o desserviço da educação tanto para os meninos – que aprendem, desde cedo, a enxergarem a masculinidade de modo equivocado, quanto para as meninas – que crescem indevidamente com a ideia de inferioridade. Há, nesses comentários da conferencista, uma noção de prejuízo triplo. O primeiro seria obviamente para meninos e meninas, os quais, por simularem comportamentos e sentimentos, vivem em cativeiros psicológicos. O segundo prejuízo seria para a família, que por conviver de perto com identidades forjadas pelas teias do discurso patriarcal, deixa de conhecer realmente seus próprios membros. E o terceiro seria para a sociedade, que por reunir – em ambientes tão diferentes, indivíduos habituados a serem o que não são –, percebe os atritos sociais no trato com as questões de gênero na escola, na universidade, no mercado de trabalho etc.

Sob um viés teórico, N’Goné Fall (2007) descreve outro desserviço da educação para as mulheres africanas. Consoante a autora, elas eram tratadas como mercadorias, pois da tutela do pai seguiam para a do marido, o qual deveria ser, na maioria das vezes, atendido diante de qualquer necessidade sexual. Com a chegada do colonizador europeu e a imposição da religião cristã, muitos rituais de sedução foram tidos como atos pecaminosos e as relações carnavais entre um homem e uma mulher passaram a ser apenas para a procriação, o que tornou essas práticas proibidas e reforçou ainda mais a submissão das mulheres. Aliás, a submissão

⁷ De agora em diante, todos trechos de ADICHIE (2015 [2012]) têm tradução nossa.

do corpo feminino, assim como o da mente, está presente em outro trecho da palestra de Adichie, pois ela afirma:

Nós ensinamos as meninas a terem vergonha. *Feche suas pernas. Cubra-se.* Fazemos com que elas fiquem pensativas por terem nascido no sexo feminino, o que faz com que elas já se sintam culpadas por alguma coisa. E, então, as meninas crescem para serem mulheres que não podem dizer os seus desejos. Que se silenciam. Que não podem dizer o que elas verdadeiramente pensam. Que se tornaram objetos de arte decorativa. (ADICHIE, 2015 [2012], p. 33, grifos do original).

A partir da leitura desse excerto, percebe-se a presença do controle social, o qual exerce, de maneira nefasta, diversas modalidades de domínio sob as vidas de meninas/de mulheres. Com o uso das expressões “*Feche suas pernas*” e “*Cubra-se*”, a palestrante critica implicitamente a existência da chamada “discrição feminina”, tão comum em sociedades misóginas. Essa discrição impõe culturalmente determinados padrões de comportamento às meninas/às mulheres. Um desses padrões, por exemplo, é o de preservação de sua imagem física, pois há uma crença de que a menina/a mulher necessita ser um exemplo de virtude para que seu casamento – visto aqui como algo sagrado na constituição de uma família – dure a vida toda. Em outros termos, a menina/a mulher precisa ser recatada, guardar para si todos seus desejos e pensamentos e deixar que o menino/o homem esteja à frente praticamente de tudo.

Envolvido com princípios de educação e conscientização, wa Thiong’o Ngugi (1986) insiste na impossibilidade de libertação cultural sem a libertação feminina. Na opinião do autor e crítico queniano, não há que se falar em liberdade da cultura de um povo sem a liberdade do sexo feminino. Talvez pareça um pouco radical, tendo em vista que Ngugi adota, na maioria de seus discursos, um posicionamento extremista quanto à descolonização, todavia o desequilíbrio nas relações intergêneros – principalmente no aspecto feminino – representa um mecanismo de manutenção da ordem colonial, em que um indivíduo considerado hierarquicamente superior exerce algum tipo de poder sobre outro tido como inferior.

Em relação a isso, Adichie pontua que “[o] problema com gêneros é que eles prescrevem como nós *deveríamos* ser, ao invés de, reconhecer como nós *somos*” (ADICHIE, 2015 [2012], p. 34, grifo do original). Com essa reflexão, a romancista nigeriana tenta ressignificar nossa convivência com os gêneros, isto é, demonstrar que os papéis de meninos/meninas e homens/mulheres dependem de cada um. A contemporaneidade desempenha uma função relevante nessa ressignificação, pois é crescente o número de

meninas/mulheres conscientes de suas atuações no contexto pós-colonial. Ainda em tempo, Adichie conclui que feminista não é uma palavra exclusiva para o público feminino, haja vista que feminista é “*uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica dos sexos*” (ADICHIE, 2015 [2012], p. 47, grifos do original). E, nessa abordagem, aqueles que se inserem nesse perfil, inclusive meninos/homens, são feministas.

Considerações finais

Ao proceder a apresentação dos aspectos feministas do contexto africano no vídeo *We Should All Be Feminists*, Adichie parece ter alcançado um de seus objetivos principais: problematizar as questões de gênero na atualidade. Longe de querer encontrar a solução para todos os pontos polêmicos que envolvem as relações entre homens e mulheres, a palestrante reconhece as complexas heranças culturais na convivência entre os gêneros, e nesse sentido, sugere um trabalho coletivo de autorrevisão dos comportamentos dos indivíduos. Em outros termos, ela propõe a tomada de consciência de cada um, de modo que todos ou a maioria possa(m) construir relações sociais visivelmente (mais) saudáveis.

A partir da narração de cinco lembranças autobiográficas e da descrição das diferenças biológicas/físicas entre os gêneros, Adichie constrói satisfatoriamente as bases de sua conferência. E é com suporte nessas bases que a palestrante traça linhas argumentativas a respeito das relações intrínsecas entre a educação e os gêneros, sem se esquecer obviamente da questão feminista no contexto africano. Ao proceder dessa maneira, a conferencista promove questionamentos retóricos no que se refere aos padrões educacionais das famílias africanas. Na realidade, a autora, ao direcionar, nessa etapa de sua apresentação, o foco para a educação de meninos e meninas, inclui-se nos exemplos e estabelece uma comparação viável entre ambas.

Enfim, assim como seus romances africanos de língua inglesa na diáspora apresentam narrativas de superação, nas quais os personagens vislumbram expectativas de uma vida melhor no futuro – apesar de toda forma de devastação física e psicológica do enredo –, Adichie demonstra tal superação em seu vídeo, justamente por depositar no ser humano a confiança necessária para que uma luz se acenda na escuridão dos discursos sexistas.

Referências

ADICHIE, C. N. *The Danger of a Single Story*. Conferência promovida pelo Technology, Entertainment, Desing (TED). 2009. Disponível em:
VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica
UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016
Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

<http://www.ted.com/talks/lang/eng/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso: 02 jan. 2016.

_____. *We Should All Be Feminists*. Conferência promovida pelo Technology, Entertainment, Design (TED). 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc>. Acesso: 02 jan. 2016.

_____. *We Should All Be Feminists*. New York: Anchor Books, 2015 [2012].

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo. Fatos e mitos*. vol 1. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

BONNICI, T. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. 2. ed. Maringá: Ed. UEM, 2012.

FALL, N'G. Providing a space of freedom. Women artists from Africa. In: REILLY, M.; NOCHLIN, L. (Eds.). *Global feminisms. New directions in contemporary art*. London: Merrell Publishers, 2007.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Dp&A, 1997 [1992].

MCLEOD, J. *Beginning postcolonialism*. Manchester; New York: Manchester University Press, 2000.

NGUGI, wa Thiong'o. *Decolonising the mind: the politics of language in African Literature*. London: Currey, 1986.

SILVA, S. D. da. *Resistência Feminina e Feminismo Africano em Without a Name de Yvonne Vera*. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2014.

STRATTON, F. *Contemporary African literature and the politics of gender*. London: Routledge, 1994.